

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO
FECHAMENTO DE TRÊS ESCOLAS NOS MUNICÍPIOS DE
AREIA BRANCA E LARANJEIRAS**

Glesiana Filho Siqueira Andrade

SÃO CRISTÓVÃO

2010

Glesiana Filho Siqueira Andrade

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO
FECHAMENTO DE TRÊS ESCOLAS NOS MUNICÍPIOS DE
AREIA BRANCA E LARANJEIRAS**

Trabalho apresentado para análise e avaliação da disciplina Monografia II, sob a orientação da prof^a Dr^a Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus, como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus

SÃO CRISTÓVÃO

2010

Glesiana Filho Siqueira Andrade

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO
FECHAMENTO DE TRÊS ESCOLAS NOS MUNICÍPIOS DE
AREIA BRANCA E LARANJEIRAS**

Trabalho apresentado para análise e avaliação da
disciplina Monografia II, sob a orientação da prof^a
Dr^a Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus, como
um dos requisitos para a obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____

Banca examinadora

Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus

Nome do (a) orientador (a)

Silvana Aparecida Bretas

Nome do componente instituição

Marizete Lucini

Nome do componente da instituição

A Deus;

A minha amada avó Júlia, que tanto sonhou em me ver vencer, mas que sei que onde estiver está feliz por mim;

E a todos que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida;

Aos meus pais e irmãos que não me deixaram desistir nos momentos difíceis;

Ao meu esposo Elenilton pela compreensão;

Aos amigos e colegas de trabalho que estiveram sempre ao meu lado me dando forças para continuar lutando;

A professora Sonia Meire, por me orientar na construção deste trabalho;

E aos demais professores por me proporcionarem momentos de aprendizagens de novos conhecimentos.

“O aprendizado de outra virtude se impõe à perseverança, tenacidade com que devemos lutar por nosso sonho. Não podemos desistir nos primeiros embates, mas a partir deles aprender como errar menos. Na existência de uma pessoa, cinco, dez, vinte anos representam alguma coisa, às vezes muito. Mas não na história de uma nação. Temos que transformar as dificuldades em possibilidades. Seremos pacientemente impacientes”

Paulo Freire

Resumo

Esta monografia teve como objetivo analisar as possíveis causas que tem provocado o fechamento de várias escolas rurais em Sergipe. Nessa pesquisa nos interessou saber, como a desvalorização do campo, aliada aos fatores políticos e econômicos tem contribuído para o fechamento dessas escolas. Nesse sentido, fizemos um estudo em três escolas, sendo uma delas localizada no município de Laranjeiras e as outras duas localizadas no município de Areia Branca, buscando analisar quais os elementos históricos que contribuíram para tais fechamentos. A escolha desse tema partiu de duas razões. Primeiro, devido ao fato de ter estudado em uma escola rural. A segunda razão partiu da curiosidade de entender o porquê do fechamento de tantas escolas rurais. A escolha das três escolas nos municípios referenciados se deu porque estes territórios têm uma produção econômica cuja origem está no latifúndio e no agronegócio – um desafio para o desenvolvimento das políticas públicas de educação do campo. Nessa pesquisa procuramos, portanto, refletir sobre três questões: Quais os elementos históricos e econômicos que contribuíram para o fechamento das escolas? Como as políticas públicas de educação para o campo têm sido instituídas no Brasil em Sergipe e em particular nos municípios de Laranjeiras e Areia Branca? Que relação a extinção dessas escolas tem com outros casos que vem ocorrendo no mesmo município? Para a realização da pesquisa privilegiamos uma metodologia de abordagem qualitativa, a qual foi operacionalizada em duas fases: uma primeira, em que foram realizadas entrevistas com questões semi-estruturadas, com a professora que lecionou numa das escolas, com as comunidades onde as outras duas se localizavam, e com secretários da educação de ambos os municípios. Numa segunda fase, fizemos uma pesquisa documental na secretarias de educação, e análises dos dados obtidos nas entrevistas. Os dados levantados e analisados possibilitaram concluir que o fechamento das escolas rurais nesses municípios está diretamente relacionado a duas questões principais: a questão econômica e, a falta de compromisso por parte dos governantes.

Palavras-chave:

Políticas públicas, Educação Rural, Educação do Campo, Escolas do Campo.

Sumário

Apresentação.....	9
Capítulo I: Educação Rural X Educação do Campo: – dialogando com educação e modelos de desenvolvimento econômico.....	14
Capítulo II: Educação Rural em Sergipe/Laranjeiras e Areia Branca.....	22
2.1. A cidade de Laranjeiras.....	23
2.2. A educação em Laranjeiras.....	26
2.3. Acidade de Areia Branca.....	29
2.4. A educação em Areia Branca	30
2.5. História das escolas.	32
Capítulo III: Estudo de Caso de Três escolas municipais de Laranjeiras e Areia Branca.....	35
3.1. Análises das entrevistas realizadas nas secretarias dos dois municípios e na DRE-3.....	40
Considerações finais.....	43
Referências.....	45
Anexos.....	47

Apresentação

Embora o Brasil seja um país de origem agrária, a educação rural sempre foi tratada com pouca importância para a população que vive neste meio. Ao longo da história ela permaneceu esquecida pelas autoridades, não sendo sequer mencionada nas constituições de 1824 e 1891.

Os modelos de desenvolvimento econômico, cuja referência de progresso sempre foi a cidade, acabaram por contribuir para que historicamente fosse construída uma idéia de hierarquia entre campo e cidade, em que a primeira é colocada como superior à segunda. Para isto, se desqualificou o meio rural a partir de um imaginário de lugar atrasado e pobre, emergindo a crença de que a população do campo não precisa de preparo, de educação, pois o seu futuro deve ser a cidade, caso desejem progredir. No entanto, o meio rural continuou sendo explorado como um espaço de produção apenas econômico.

Somente a partir de 1934 é que a educação rural passou a ser mencionada na Constituição Federal, na qual foi assegurado o seu financiamento por parte da União. Porém, nesse documento só foram atendidos os interesses econômicos, que seria, portanto, conter a saída da população do campo para as cidades e, ao mesmo tempo, aumentar a produção dos produtos agrícolas. Isso nos mostra, como os fatores políticos, econômicos e sociais influenciam os processos educacionais no Brasil.

Mas, foi somente a partir da Constituição de 1988 que a educação rural passou a ser vista como um direito público, ou seja, a educação no seu sentido mais amplo passou a ser um direito de todos os cidadãos brasileiros, inclusive os que residem na zona rural. Neste documento aparecem propostas pedagógicas para a educação nas áreas rurais, mas trabalha a idéia de que ela deve ser adaptada. Não há na Lei de Diretrizes da Educação Nacional, nenhum princípio de uma educação transformadora. Ou seja, a escola deve se adequar as peculiaridades da população que vive no meio rural. Assim como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-1996), ao afirmar que:

Art.28 – Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I-conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Mesmo assim, há uma enorme distância entre os direitos conquistados e a realidade vivida. As pessoas que vivem no meio rural enfrentam realidades muito diferentes das que vivem na zona urbana. De modo geral, a população que vive na zona rural encontra-se em desvantagem no que diz respeito às questões sociais, econômicas e culturais, ou seja, encontra-se em situação inferior no tocante aos recursos financeiros e também em relação à desigualdade de oportunidade no oferecimento de escolarização, gerando baixos níveis de instrução, atraso escolar e desistência.

Na verdade, a Constituição não vem sendo cumprida em vários aspectos, principalmente no tocante a valorização da cultura e da identidade das pessoas que vivem no campo, dos modos de organização da vida e do trabalho, das lutas sociais.

Todavia, até mesmo as políticas públicas governamentais têm contribuído para a desvalorização da cultura do campo, a exemplo da política de nucleação das escolas rurais e do transporte escolar quando não discutidos com as comunidades. Este último, ao invés de contribuir para melhorar as condições de escolarização, tem sido utilizado para retirar cada vez mais, as crianças e jovens do campo. O que nos leva a crer que os fatores econômicos determinam a organização do sistema educacional, haja vista que, há uma preocupação muito maior em relação aos aspectos econômicos (quantitativos) do que com os qualitativos. Ou seja, há maior preocupação quanto ao que se pode economizar com as nucleações e os transportes escolares, do que em relação à qualidade do ensino para as crianças do meio rural.

Essas políticas têm gerado uma situação de estímulo ao fechamento das escolas e, conseqüentemente, submetido às crianças dessas localidades, a se deslocarem em transportes precários e por longas horas. Além disso, as crianças passam por um processo pedagógico descontextualizado, ou seja, totalmente fora da realidade em que vivem, gerando de certa forma um desestímulo a continuação dos estudos e do próprio modo de vida no campo.

Outro fator que tem contribuído para o fechamento das escolas rurais tem sido a falta de incentivo financeiro para a melhoria dos equipamentos agrícolas. Isso tem feito com que o homem do campo, diante do avanço do agronegócio, produza cada vez menos em relação aos grandes produtores, sendo, portanto, obrigados a vender suas terras aos latifundiários e irem à busca de melhores condições de vida nas grandes cidades. Ou seja, o avanço do capitalismo tem sido uma ameaça ao homem do campo, frente às dificuldades que este enfrenta para sobreviver em sua terra. Segundo Arroyo (2003), isso mostra que quando a terra, o território,

as formas de produção estão ameaçadas, estão também à formação da cultura, do conhecimento, das identidades temporais.

Na última década, principalmente a partir de 1998, tem-se verificado a publicação de vários trabalhos de cunho acadêmico a cerca da educação do campo no país. Havendo de certa forma um maior enfoque em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e outros movimentos sociais, prevalecendo uma visão de que todas as pessoas que vivem no campo fazem parte de algum movimento social. Mas essa luta vive face a face com o fechamento das escolas, objeto de interesse desta pesquisa.

O fechamento das escolas rurais é uma prática que tem se tornado cada vez mais comum no país, e que tem sido justificada e defendida como princípio de equidade na distribuição das oportunidades educacionais.

Nessa pesquisa nos atentaremos em analisar como essa desvalorização do campo devido aos modelos de desenvolvimento econômico tem contribuído para o fechamento das escolas rurais sergipanas. No caso específico do lócus da pesquisa, nos interessa estudar o fechamento de três escolas situadas em dois municípios sergipanos. Estes municípios possuem características similares no que diz respeito à ocupação do meio rural. Ambas são produtoras de cana de açúcar, são terras de latifúndio.

Duas razões fizeram com que esse tema fosse o escolhido. O primeiro, devido ao fato de ter estudado os quatro primeiros anos de minha vida estudantil em uma escola rural, ou seja, da proximidade com esse tipo de escola. A segunda razão partiu da curiosidade de entender o porquê do fechamento de tantas escolas rurais. A escolha das três escolas nos municípios referenciados se deu, porque estes territórios têm uma produção econômica cuja origem está no latifúndio e no agronegócio – um desafio para o desenvolvimento das políticas públicas de educação do campo.

Essa pesquisa procurou, portanto, refletir sobre três questões: Quais os elementos históricos e econômicos que contribuíram para o fechamento das escolas? Como as políticas públicas de educação do campo têm sido instituídas no Brasil, em Sergipe e, em particular, no município de Laranjeiras e Areia Branca? Que relação a extinção dessas escolas tem com outros casos que vem ocorrendo no mesmo município?

Dentre as produções científicas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), não foram encontrados trabalhos na perspectiva de análise do fechamento das escolas rurais sergipanas. Até o momento as dissertações defendidas estão relacionadas a outras problemáticas. Tais

como os trabalhos de: Jesus (1997) que faz uma busca de significados compartilhados para a construção de um currículo que venha a atender aos interesses da população do campo; Meneses (1992) que faz uma análise do Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe, dando ênfase a sua contribuição para a criação do sindicalismo rural; Reis (2002) que aponta as transformações econômicas ocorrida no povoado Jenipapo, Lagarto/SE no período compreendido entre 1975 e 1990; Santos (2005), o qual apresenta discussões sobre o Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a importância da escolarização na opinião de assentados rurais do sertão do estado de Sergipe; Silva (2009), que faz um apanhado geral dos legados deixados pela estrutura fundiária brasileira para os trabalhadores do campo. Faz ainda uma análise da inserção da mulher camponesa das áreas de Reforma Agrária no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe; Soares (1990), que faz uma reconstituição histórica da educação no município de Simão Dias/SE, entre os anos de 1970 e 1990; Souza (2004) que destaca a educação do campo na região semi-árida de Poço Verde Sergipe, no que se refere à valorização e fixação do homem/mulher do campo.

Sendo que um desses trabalhos, o de Souza (2004) muito se aproxima da problemática em estudo, no que diz respeito às políticas públicas para a educação do campo e a fixação do homem/mulher no campo. Haja vista que essas também são discussões que farão parte de desta pesquisa.

Esta pesquisa privilegiou uma metodologia de abordagem qualitativa na perspectiva dialética, centrada em três estudos de caso das escolas: Escola Municipal Rural Santo Antônio localizada no município de Laranjeiras, Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco no município e; Escola Rural Povoado Pedrinhas ambas localizadas no município de Areia Branca; no qual serão analisados os elementos históricos que contribuíram para o fechamento destas.

A opção por uma abordagem dialética deu-se devido ao fato de que, por meio desta, cada fenômeno é estudado sob todos os aspectos, todas as suas relações, ligações e contradições, visto que, na dialética tudo se relaciona, se transforma e se modifica por meio das contradições. Isso porque, conforme os princípios da dialética, segundo Cotrim (1995), as transformações históricas ocorrem devido às lutas incessante dos contrários.

Quanto ao estudo de caso como estratégia de pesquisa, essa escolha deve-se ao fato de que nesse tipo de pesquisa se faz um estudo detalhado, visando obter o máximo de informações sobre o objeto em estudo. O estudo de caso segundo Yin (2001) “é uma

investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

A pesquisa foi operacionalizada em duas fases: uma primeira, em que foram realizadas entrevistas com a professora que lecionou na Escola Municipal Rural Santo Antônio desde a implantação até seu fechamento, com secretários de educação dos municípios de Areia Branca e Laranjeiras, e com as pessoas que moram nas comunidades onde as escolas foram fechadas. Sendo que a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, partindo de questionamentos básicos que poderão ser ampliados no decorrer das entrevistas, permitindo assim um o aprofundamento do foco de estudo. Ainda na primeira fase foi realizada uma pesquisa documental nas secretarias municipais de educação dos municípios acima citados, tendo em vista que, a análise documental é relevante numa pesquisa qualitativa, no sentido de permitir uma observação dos dados históricos. Porém em apenas duas escolas foi possível ter acesso a tais documentos, tendo em vista que, a secretaria de Laranjeiras não possui qualquer documentação da Escola Municipal Rural Santo Antônio.

Numa segunda fase, foram feitas as análises das entrevistas e dos materiais encontrados em ambos os municípios, estabelecendo relações entre os casos estudados e outros que vem ocorrendo em todo o estado, a fim de se obter respostas aos questionamentos feitos, e em fim se chegar a uma conclusão sobre quais as causas que tem levado ao fechamento de tantas escolas rurais em Sergipe.

Diante do exposto, e a partir de leituras realizadas sobre o assunto foi elaborada esta monografia, que está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta as contradições entre Educação Rural e Educação do Campo, estabelecendo uma relação entre educação e modelos de desenvolvimento econômico.

No segundo capítulo é discutida a situação atual da Educação Rural em Sergipe, Laranjeiras e Areia Branca. São apresentados ainda a história desses municípios e os dados estatísticos atuais da educação.

O terceiro capítulo trata do estudo de caso das três escolas. Também são apresentados os dados obtidos em entrevistas realizadas nas comunidades onde estas escolas estão localizadas, e a análise de tais dados, evidenciando os fatores que tem contribuído para o fechamento das

escolas rurais em Sergipe. Por fim, escrevemos algumas considerações finais a título de conclusão da pesquisa.

Considerando que o homem do campo possui uma cultura própria que não pode ser ignorada, acredita-se ser relevante esse estudo, a fim de que se possam conhecer as reais causas que tem levado ao fechamento das escolas rurais nesses municípios. E conseqüentemente, para que possam ser geradas discussões na busca por reverter esse quadro de abandono em que se encontram as escolas rurais sergipanas.

CAPÍTULO I:

EDUCAÇÃO RURAL X EDUCAÇÃO DO CAMPO – DIALOGANDO COM EDUCAÇÃO E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

A educação para as pessoas que vivem na zona rural, sempre foi tratada com pouca importância. Ao longo dos anos a educação rural permaneceu esquecida pelas autoridades, até mesmo a partir do reconhecimento da educação como um direito de todos e dever do Estado, prevista na Constituição Federal de 1988. Porém mesmo diante desta, o povo do campo continuou no esquecimento.

Segundo Kolling (et al, 1999), “Nos documentos oficiais sobre educação no Brasil, a população rural aparece apenas como dado. São números citados de uma população esquecida. São apenas quantidades ou, no máximo, referências marginais e pejorativas”.

Ao longo da história foi se construindo uma idéia de hierarquia entre campo e cidade, em que a cidade é vista como superior ao campo, sendo este considerado um lugar atrasado e pobre, havendo, portanto a crença de que as pessoas que vivem na zona rural não precisam de preparo. Para Kolling (1999):

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como mais um *mercado emergente*, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. (idem, p.21)

Sendo assim, a população do campo não se beneficiou do direito a educação que, em tese, deveria ser garantido a todos. A educação para o povo do campo vem sendo, portanto, ofertada como uma forma de compensação.

A educação rural surge vinculada a um modelo de desenvolvimento econômico que sempre priorizou o meio rural como o lugar apenas da reprodução econômica e não da vida de grupos a exemplo dos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos, agricultores, dentre outros.

Pensada no sentido de estender às comunidades rurais, a educação oferecida nas cidades, tinha como objetivo capacitar os que residiam no campo para trabalharem em benefício do capitalismo crescente (no caso a indústria) e, também, para impedir a migração destes para as cidades, atendendo assim aos interesses das classes dominantes do patronato, das oligarquias rurais, que temiam ficar sem mão-de-obra no campo, e também da classe dominante dos centros urbanos, que queriam evitar problemas sociais nas cidades.

Para Fernandes e Molina (2004) “a origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem”.

A educação rural é, portanto, um modelo educacional, que visa de certa forma, uma educação voltada ao atendimento dos interesses de uma elite de tradição ruralista, que tinha como principal objetivo dominar, ou seja, controlar os trabalhadores. Como bem coloca Fernandes (2004), ao afirmar que “a educação rural, como forma de domesticar os trabalhadores que tinham acesso à educação, desde então esteve a serviço dessa forma de controle sociopolítico.”

A educação para a população do meio rural, ao longo dos anos foi implementada por meio de “pacotes” copiados, segundo Nunes (1984), de modelos educacionais internacionais, que a princípio deveria contemplar principalmente as capacidades de leitura, escrita, educação moral e espiritual. Modelos estes que eram aplicados e, de certa forma ainda são, sem que haja qualquer preocupação com as diferenças étnicas e culturais entre os povos do campo, como se todos fossem iguais, pensassem igual e vivessem da mesma forma.

Esta não causa surpresa, haja vista que, a educação rural sempre foi baseada num modelo urbano, considerado ideal, que privilegia uma economia capitalista, o qual busca a homogeneidade, seja nos aspectos cultural, educacional e político. Mas, o que há na verdade é um imenso preconceito em relação aos povos que vivem na zona rural e com tudo o que é diferente.

Nesse sentido Jesus (2006, p.168), nos dá uma idéia de como são vistas as diferenças em nossa sociedade, ao afirmar que “as diferenças são tratadas como desigualdades e descaracterizadas em nome de um conhecimento universal, pautadas por concepções únicas de cidadania, de história, de sujeito, enfim, de racionalidade.”

No Brasil foram implantados ao longo da história, vários projetos educacionais inspirados segundo Nunes (1984), nos moldes internacionais, mas, nenhum deles conseguiu alcançar os resultados almejados, dentre eles a diminuição do alto índice de analfabetos no país. Isso devido principalmente ao fato de que tais projetos foram elaborados por e para pessoas com culturas diferentes, baseados em economias distintas da nossa.

Ao contrário do que havia se pensado com a implantação desses projetos, a situação da educação rural no Brasil continua crítica. São muitos e graves os problemas, enfrentados pelas pessoas que vivem no campo no que se refere à educação, tais como: o alto índice de analfabetismo, repetência, evasão escolar, entre outros.

Problemas estes causados por uma série de fatores como, escolas com estruturas físicas precárias, geralmente com apenas uma sala para atender quatro turmas ao mesmo tempo, ou seja, classes multisseriadas; professores sem uma formação adequada e, mesmo, professores leigos; as grandes distâncias da escola em virtude das nucleações ocorridas nos últimos anos, e os perigos enfrentados pelos alunos para chegarem às escolas localizadas nas zonas urbanas, etc. que tem gerado uma situação de desconforto não só para os alunos, mas também para as famílias destes.

Os problemas já elencados têm contribuído para a geração de muitos outros, entre eles a saída da população do campo para as cidades, afim de que seus filhos tenham melhores condições de estudo e, conseqüentemente de vida, haja vista que, com o avanço do desenvolvimento tecnológico e, a crescente utilização de máquinas pelos latifundiários no cultivo da monocultura, a situação para os pequenos agricultores tem ficado cada vez pior, pois, os mesmos não conseguem crédito para investirem em suas plantações, e como não conseguem competir com os grandes empresários, em virtude dos preços baixos cobrados por estes, acabam vendendo suas terras a preços irrisórios. Ou ainda, os jovens que vão estudar nas cidades, passam a não querer mais viver no campo, tendo em vista que acabam perdendo suas identidades de pessoas do campo, haja vista que, nas escolas urbanas não há uma valorização da cultura do campo, muito pelo contrário, esta é vista como atrasada, e mesmo inútil perante a cultura urbana, pautada nos mecanismos sofisticados da globalização.

Esses fatos nos mostram que, a educação pública foi se distanciando do seu sentido maior que seria, portanto, segundo Silva (2006) “uma prática social que tem o objetivo de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas”, ou seja, a educação tem se desviado de sua função principal, como afirma Fernandes (et al,

2009), quando diz que “ a educação foi sendo reduzida aos mecanismos de adaptação à lógica do mercado”.

Por essas razões, é que os trabalhadores rurais lutaram na década de 90 e continuam lutando por uma outra forma de educação, a Educação do Campo. Os movimentos sociais buscavam e continuam buscando não somente direitos territoriais, mas também, os direitos sociais e educacionais, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), que além da luta pela terra, reivindica ainda o direito pela escola nos assentamentos rurais. Mas essa luta não é por uma escola qualquer, o Movimento dos Sem Terra luta por uma escola voltada aos interesses da população que vive no campo, nos assentamentos, nas florestas, nos quilombos, etc. Pois segundo Arroyo (2006) “os movimentos sociais puxam muito nessa direção: de construir sujeitos de direitos com consciência de direitos”.

Nas últimas décadas os movimentos sociais e sindicais juntamente com ONGs, vêm lutando para a criação e efetivação de políticas públicas de educação, que possam vir a garantir uma educação de qualidade para o povo do campo. Essa luta passou a ganhar destaque principalmente a partir da 1ª Conferencia Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998.

A partir dessa conferência passou-se a pensar, numa nova forma de se tratar a educação brasileira, não mais uma educação de cunho assistencialista, feita para a população que vive no campo, mas, uma educação que possa garantir igualdade, e que seja construída pelo povo que vive no campo e para o povo do campo, denominada, portanto, como Educação do Campo.

Nos últimos anos, esses movimentos vêm alcançando avanços significativos, como a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, aprovada em 2001, com o intuito de fazer cumprir o direito à educação para a população que vive no e do campo. Sendo esta, segundo Munarim (2006), “a primeira grande conquista dos sujeitos sociais coletivos do campo na esfera federal”.

Para Munarim (2006), “A Resolução faz indicações concretas de responsabilidades dos entes estatais de como se deve cumprir o direito à educação em se tratando de populações socialmente desiguais e culturalmente diversas”.

Esse novo modelo educacional e pedagógico, ao contrário do que ocorreu com o modelo da educação rural, foi e vem sendo construído pelo povo do campo (nos assentamentos, nos

sindicatos, nas associações, etc.), e para o povo do campo, respeitando suas diferenças e atendendo aos seus interesses, e não os interesses das elites urbanas e dos latifundiários. Como afirma Caldart (2004), ao relatar que:

A educação do Campo se afirma no combate aos ‘pacotes’ (tanto agrícolas como educacionais) e na tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implantação e modelos que as ignoram ou escravizam. Também se contrapõe à visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviço do mercado. (Idem, p. 25)

Além da rejeição aos pacotes, a educação do campo busca também desconstruir a visão hierárquica construída ao longo do processo histórico, entre campo e cidade, pois segundo Fernandes e Molina (2004), “a educação do campo [...] Deve fortalecer identidade e autonomia das populações do campo e conduzir o povo do Brasil a compreender haver uma não hierarquia, mas complementaridade: cidade não vive sem campo que não vive sem cidade”.

A educação do campo surge então, como uma estratégia para mudar o quadro educacional e político do país, e assim ampliar as possibilidades de mudanças sociais e educacionais para o povo do campo. Nesse sentido, a educação passa a ser entendida como um processo essencial para que o campo possa alcançar desenvolvimento e, deste modo, para que o povo do campo possa se sentir sujeitos participantes desse processo.

A Educação Básica do Campo é uma condição fundamental para o exercício da cidadania dos povos do campo. Sem dúvida, essa expressão contém muito mais que o significado de um conceito. Traz em si a perspectiva de desenvolvimento para uma importante parte da população brasileira. (FERNANDES, 2004, p.141)

Baseada nos princípios das pedagogias do movimento, do oprimido e, da terra, a educação do campo, traz como meta principal, educar e formar sujeitos mais humanos, com consciência política e identidades coletivas, ou seja, formar cidadãos conscientes, capazes de lutar pelos seus direitos e da sua comunidade, buscando sempre a efetivação destes direitos na prática do dia-a-dia, como afirma Caldart (2004) ao relatar que “A perspectiva da educação do campo é a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos de seu destino”. (p.28)

Desse modo a educação do campo, se apresenta como uma forma de reivindicação pelos direitos negados à população do campo, dentre eles o direito à educação. Mas, não a qualquer tipo de educação, não uma educação voltada ao domínio de uma classe sobre a outra, onde o campo é visto como submisso, como inferior a cidade, ao urbano.

Para que se possa reivindicar tais direitos, é preciso que essa educação esteja inserida num debate mais amplo, em âmbito nacional como forma de políticas públicas, pois segundo Arroyo (2004):

Somente a colocação da educação dos povos do campo no terreno dos direitos poderá significar uma garantia de um trato público. Poderá afirmar a autonomia da educação em relação a qualquer troca política e a lógica da mercadoria. Afirmer a igualdade dos direitos humanos independente de toda diversidade inclusive territorial. (idem, p.101-102)

Compartilhando desse mesmo pensamento Caldart (2004), também defende o tratamento da educação como política pública, como forma de garantia desse direito a todas as pessoas que vivem no campo, ao afirmar que: “Como direito não pode ser tratado como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria”. (p.26)

A proposta da educação do campo é lutar pelo direito a educação no seu sentido mais amplo, respeitando as diferentes identidades, culturas, valores e tempos do povo que vive no campo. Ou seja, a proposta da educação do campo, é a construção de um modelo educacional que tenha como ponto de partida, como centro, os sujeitos do campo.

Para Kolling et al (1999):

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. (idem, p.23-24)

Porém esse modelo de educação não deve estar dissociado dos conhecimentos técnicos, tecnológicos e históricos que são transmitidos nas escolas urbanas. Mas sim, ser ensinados como forma de complemento do conhecimento, como outra possibilidade de se ver o mundo.

A educação do campo pretende conscientizar a população que vive nas zonas rurais, de que elas são capazes de produzir ensinamentos, são capazes de produzir educação, seja por meio de sua cultura, de suas formas de produção. Ou seja, a educação do campo vem mostrar

que o povo do campo tem seu valor e que é capaz também de produzir, e não apenas de reproduzir, como ocorre com o modelo de educação rural.

O que se propõe, é que o direito à educação saia dos discursos, do âmbito legal, e passe a ser efetivado na prática, ou seja, que a educação que perante a lei é um direito de todos, seja realmente oferecida a todos os que vivem no campo, nas florestas, nas fazendas, nos assentamentos, etc., respeitando as diferenças existentes entre eles. Essa proposta de educação visa, portanto, formar sujeitos do campo para viverem no campo.

Mas, para que esse projeto se concretize, é preciso que se construam escolas do campo. Apesar de compreendermos que o processo educacional não se dá somente por meio das escolas, ou seja, não está restrito apenas aos processos de aprendizagem no interior destas, mas sim nos mais diferentes espaços, como prevê o artigo 1º da LDB (1996) ao relatar que: “A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Porém, faz-se necessário a criação de escolas do campo, pois será a partir destas, que se colocará em prática o projeto de educação do campo, tendo em vista que, contribuirá para uma formação mais consciente das novas gerações. Mas, alcançar tais resultados essas escolas devem ser atraentes para o povo que vive no campo. E para isso, devem ser trabalhados conteúdos voltados para a prática da vida diária do campo, conteúdos estes que possam ser relacionados com suas culturas, seus modos de vida, enfim com seus interesses. Como afirma Caldart (2004), ao relatar que:

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola a partir do projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura com organização coletiva, com postura de transformar o mundo... prestando atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola a partir do seu lugar e dos seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade. (idem, p.157)

Mas na prática tem ocorrido o inverso, ao invés de construírem escolas do campo e no campo, as autoridades políticas de nosso país, influenciadas pelo modelo econômico vigente, têm preferido fechar às escolas do campo, como forma de afastar as pessoas que ali residem.

O fechamento das escolas tem sido, portanto, um dos fatores que tem contribuído para o afastamento das pessoas do campo, visto que, as escolas de certa forma, representam o ponto de referência, das pessoas que residem no campo, acaba sendo, uma maneira de contribuir para que os homens e mulheres não desistam da vida que se constitui no trabalho humano com a terra, e não explorador. Porém, com o fechamento destas, o trabalhador do campo vê-se forçado a deixar suas terras, para irem à busca de melhores condições de vida e de educação para seus filhos nos centros urbanos. Um problema que atinge a todos os brasileiros.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE: O CASO DE LARANJEIRAS E AREIA BRANCA

O Estado de Sergipe foi, segundo Meneses (1992), “um dos primeiros Estados do país a implantar o sistema de educação pelo rádio, que deu origem ao MEB”. E dessa forma contribuiu para que a educação rural se disseminasse no país a partir dos anos 1950, por meio das escolas radiofônicas, dando, portanto, sua contribuição para a construção de um sindicalismo rural. Além da participação em outros programas ligados a igreja, que tinham como meta estender o atendimento educacional para as áreas rurais e, assim, acabar com o analfabetismo.

Na atualidade, a educação rural nos municípios de Laranjeiras e Areia Branca, assim como em todo o estado de Sergipe, não difere muito do que ocorre no restante do país. A realidade educacional é praticamente a mesma, apresentando uma série de problemas, sendo que, tais problemas se mostram com maior gravidade para a população da zona rural.

A situação educacional para a população do campo é mais grave por diversos fatores, dentre eles, o predomínio da visão do urbano sobre o campo, consequência de uma herança histórica de desigualdades, em que o campo sempre foi visto como atrasado, e sua população incapaz. Nos dias atuais essa visão continua muito presente, a prova disso está no fechamento de muitas escolas no campo e seus alunos transferidos para as escolas das cidades, utilizando o discurso de que o ensino ministrado nessas escolas é melhor que o do interior, é melhor que o das escolas dos povoados.

Outros fatores que tem contribuído para o agravamento dos problemas tem sido a falta de políticas públicas voltadas para a população do campo, para que estes possam resistir ao avanço do agronegócio, e também para que possam resistir à pressão dos latifundiários, que é outra questão histórica, tendo em vista que, desde a colonização as terras brasileiras tem se concentrado nas mãos de poucos. E em Sergipe não é diferente, haja vista que grande parte de suas terras tem se concentrado nas mãos da família Franco, que no estado detém o monopólio da produção da cana-de-açúcar.

Tais fatores têm contribuído para o agravamento de problemas, como: alto índice de analfabetismo, embora nos últimos anos, esse índice tenha decrescido; escolas em condições

precárias de funcionamento, na maioria das vezes, com apenas uma sala para quatro turmas e sem condições higiênicas para atender as crianças; alto índice de evasão escolar, causado na maioria dos casos, pela inadequação dos conteúdos, fazendo com que os alunos não consigam se adaptar a realidade escolar; e distorção idade-série, também relacionada a não adequação dos conteúdos por parte das escolas. Em relação à idade e ao tipo de aluno, que em se tratando de alunos do campo, tem que ser levado em consideração sua realidade, para que a partir dela, se possam estabelecer formas diferenciadas de trabalhar os conteúdos.

Nos municípios sergipanos a situação da educação encontra-se praticamente sem sentido, haja vista que, com o avanço do agronegócio, muitas propriedades têm sido vendidas aos latifundiários plantadores de cana, e conseqüentemente as famílias, que na maior parte das vezes moram nessas terras, são obrigadas a se retirarem. E com a falta de moradores muitas escolas da zona rural têm sido fechadas.

Também tem contribuído para o fechamento das escolas do campo, a nucleação destas, como forma de reduzir custos, sendo que, na maioria das vezes essas nucleações têm sido feita para escolas das cidades e não para escolas próximas como deveria ser feito. E ainda, devido à falta de interesse por parte dos governantes, em ter uma educação pública de qualidade no campo, e por isso não investem na educação pública de seus municípios.

Em relação à educação do campo, como modelo educacional, que tem como objetivo formar cidadãos mais humanos e conscientes de seu papel na sociedade, este ainda não conseguiu ser implantado totalmente, mesmo após nove anos da aprovação das Diretrizes para a Educação do Campo. Mas, em Sergipe, vem sendo dados passos importantes para que possa se concretizar. Um dos caminhos que está sendo buscado é na formação de professores, implantado pela universidade Federal de Sergipe, que tem contribuído para a formação superior de estudantes oriundos do campo, que recebem formação para se tornarem professores, para atuarem junto às comunidades do campo.

2.1. A cidade de Laranjeiras

A cidade de Laranjeiras está localizada a 18 km da capital Aracaju, numa região conhecida como Vale do Cotinguiba, considerada como berço da cultura, da educação, da

política e da economia sergipana Laranjeiras surgiu como povoado, em um laranjal conhecido como Vale das Laranjeiras, passando a ser reconhecida como Vila em 07 de agosto de 1832, e mais tarde, no ano de 1848, graças ao seu prospero desenvolvimento econômico, esta passa a ser reconhecida como cidade. Este município possui segundo dados do IBGE (2006), uma população total de 21.310 habitantes, dos quais 19.245 residindo na zona urbana, e os demais 2.065, residem na zona rural, distribuídos entre os nove povoados, e também nas fazendas. A economia deste município gira em torno do cultivo da cana-de-açúcar. Cultivo este que sempre foi à base da economia local, e que levou Laranjeiras a ser considerada no século XIX a cidade mais importante de Sergipe, tendo em vista que, este município chegou a ser o maior produtor de açúcar cristal do estado. Além disso, Laranjeiras foi a primeira cidade a ter uma Alfândega o que possibilitou um maior desenvolvimento, visto que, praticamente todos os produtos produzidos em Sergipe eram exportados por lá.

O cultivo da cana-de-açúcar é a principal fonte de renda da população laranjeirense, seguida da pecuária e mais recentemente do turismo, que vem contribuindo para a geração de empregos e para a divulgação da história e da cultura do município. Mas o cultivo da cana em Laranjeiras, assim como em todo o Brasil, tem gerado alguns problemas ambientais como: a poluição do ar causada pelas queimadas, e a poluição dos rios, e no caso de Laranjeiras, o Rio Cotinguiba, causada pelo despejo do vinhoto. Um dos problemas sociais provocados por essa produção está no uso da mão-de-obra jovem, o que tem provocado um alto índice de evasão escolar, tendo em vista que, estes jovens são obrigados a escolher entre trabalhar ou estudar, tendo em vista o cansaço físico provocado pelo esforço do trabalho árduo dos canaviais; os baixos salários pagos aos trabalhadores. Os jovens se submetem a longas jornadas de trabalho e, na maioria das vezes, não recebem horas extras pelo serviço prestado aos donos das usinas.

Com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), uma iniciativa governamental que tinha como objetivo estimular o crescimento industrial e o crescimento da renda nacional houve, então, uma mudança significativa na produção, haja vista que, passou-se a dar mais destaque a produção de álcool ao invés do açúcar, passando esse a ser, por um período de tempo, o principal produto a ser produzido. Esse fato contribuiu principalmente, para fortalecer os grandes proprietários (latifundiários) e conseqüentemente, a iniciar o processo de subordinação da agricultura ao capital.

Em relação aos latifúndios estes predominam até os dias atuais no Vale do Cotinguiba, tendo em vista que, a maior parte das terras, principalmente as de Laranjeiras, constituídas de solo massapê e, que são consideradas propícias ao cultivo da cana-de-açúcar,

que segundo Santos (2004, p. 13) “encontram-se concentradas nas mãos da família Franco”, ou seja, cerca de 75% das terras pertencem a uma única família. Concentração esta que segundo ele “acentuou principalmente a partir dos primeiros anos da década de 1980, período marcado pelo aparecimento do projeto Proálcool do governo Federal”. Este projeto dificultou a produção dos pequenos agricultores, visto que, estes tinham dificuldades para efetuar a moagem de sua produção nas usinas tradicionais e, com isso, houve, de certa forma, um fortalecimento dos latifundiários.

O fortalecimento dos grandes proprietários de terras, e das grandes usinas trouxe como consequência, o afastamento dos pequenos agricultores de suas terras, que acabaram vendendo suas propriedades aos grandes produtores e passando a morar nas fazendas onde estavam localizados os engenhos e as usinas. Um elemento importante, para se compreender também a venda das terras, está nos próprios incentivos do Proálcool, que aumentou significativamente o cultivo da cana destinada a produção de álcool, havendo a necessidade de mais mão de obra, fazendo com que fosse contratados mais funcionários.

Porém, a partir da safra de 88, a produção do açúcar volta a ganhar forças, com a falta de financiamento ao programa Proálcool, e também influenciadas por outros fatores tais como: a falta de melhores condições de aparelhagem dos engenhos, das destilarias e usinas; e também, devido à grande concentração de terra, latifúndios, que comprometia de certa forma num melhor desempenho produtivo dos canaviais. Com isso deixaram-se de ser oferecidas muitas vagas de emprego, havendo por consequência, o afastamento da mão-de-obra necessária à produção da cana, tendo em vista que, estes se viram obrigados a deixar o campo com a falta de empregos, e passaram a morar nas cidades.

Na verdade não houve uma mudança total na produção da cana-de-açúcar, ou seja, mesmo com os incentivos para a produção do álcool, não se deixou de produzir o açúcar, o que houve foi uma redução na produção deste. Há até os dias atuais certas oscilações, em que ora se intensifica a produção de açúcar, ora a produção de álcool, ou seja, o cultivo da cana de açúcar foi o que passou por altos e baixos ao longo dos anos, tendo muitas usinas sido fechadas. Das 12 usinas que existiam no município de Laranjeiras entre os anos de 1940-1941, resta apenas a Usina São José do Pinheiro, que segundo dados do IBGE (2006), empregava 3.082 pessoas, das quais 1.553, com empregos permanentes e 1.529 não fixos, ou seja, empregos temporários.

Atualmente o cultivo da cana encontra-se novamente em alta (após ter permanecido sem alterações nos anos anteriores), devido aos novos incentivos, a exemplo da produção de etanol, e do próprio desenvolvimento tecnológico fomentado pelo capitalismo. Esses novos

incentivos estimularam o surgimento de novas usinas no Brasil, a exemplo da Usina Campo Lindo, localizada na cidade de Capela/Se, que se destina a produção de álcool, enquanto que a São José do Pinheiro destina-se a produção de açúcar.

É importante observar uma contradição profunda no âmbito populacional, a cidade possui o maior número de habitantes, mas a produção econômica é rural. O campo neste caso é visto apenas como espaço de reprodução do econômico.

2.2. A educação em Laranjeiras

Laranjeiras foi uma das primeiras cidades a possuir instituições de ensino em Sergipe, a exemplo do Curso Secundário e do Liceu de Laranjeiras. Isso devido ao seu desenvolvimento econômico e, por conseguinte populacional, que trouxe como consequência para a então povoação de Laranjeiras um desenvolvimento cultural expressivo.

Laranjeiras foi também segundo Oliveira (2005), uma das primeiras cidades a criar aulas primárias para meninas, isso em 1831, desde então, a educação desse município seguiu avançando, e em 1849 foi criado o Colégio Sant'Ana. Já no ano de 1854, foi inaugurado também um internato, no qual deveriam ser ministradas aulas de latim, francês, geometria, filosofia, geografia e história.

Mas, embora a povoação de Laranjeiras tenha conseguido alcançar níveis expressivos em relação à educação, a situação era desfavorável a tal desenvolvimento, tanto no cenário local como estadual, e mesmo a nível nacional. Os problemas giravam em torno de diversos fatores, entre eles: as precárias condições dos estabelecimentos de ensino, que na maioria das vezes funcionavam em prédios em ruínas ou em locais improvisados sem as mínimas condições de ensino, principalmente, em se tratando das escolas rurais, que além das péssimas condições de funcionamento, tinham como função apenas alfabetizar, ou seja, ensinar a ler e a escrever; má qualificação dos professores, haja vista, que muitos deles não possuíam qualquer conhecimento pedagógico; falta de investimentos e de políticas públicas efetivas voltadas para a educação; o alto índice de evasão escolar, provocado principalmente nas escolas rurais, pelo fato de que as crianças eram requisitadas logo cedo para o trabalho nas lavouras, assim que começavam a aprender a ler e a escrever, eram levadas para ajudar no sustento de suas famílias, entre outros.

As aulas de Primeiras Letras em Laranjeiras eram oferecidas principalmente para os mestiços, filhos dos trabalhadores das fazendas canavieiras, ou seja, os alunos das primeiras

escolas de Laranjeiras, eram provenientes principalmente das senzalas, como afirma Nunes (1984), ao relatar que havia: “na Vila de Laranjeiras, 37 alunos classificados como pardos, seis mestiços e 29 brancos. [...] Situação idêntica registravam as demais escolas da zona açucareira, onde imperava o patriarcalismo, e as senzalas forneciam o grande contingente de mestiços”.

Laranjeiras foi um dos locais de maior concentração populacional do Vale da Cotinguiba, tinha a maior parte de sua população composta de homens livres e mestiços, que viviam agregados nas grandes fazendas canavieiras, ou nos arredores das cidades. População esta de onde saíam os maiores contingentes para as escolas públicas da época, mas, que na maioria das vezes, não chegavam a concluir os estudos, em virtude de ter que trabalhar na lavoura da cana para ajudar as famílias. Fato este que, mesmo nos dias atuais em pleno o século XXI, e com tantas leis que garantam o direito a educação a todas as crianças, continua se repetindo e não somente em Laranjeiras, mas, em todo o país, o trabalho de crianças e jovens na produção econômica.

Com o desenvolvimento econômico e educacional, Laranjeiras obteve por consequência um desenvolvimento cultural muito grande, principalmente com a criação de bibliotecas, teatros, o desenvolvimento das atividades musicais e literárias, entre outros. A criação dos primeiros jornais sergipanos também foi importantíssima para tal desenvolvimento, tendo em vista que, estes serviam para divulgar as atividades desenvolvidas na cidade.

Apesar do avanço alcançado nos setores econômicos, educacionais e culturais e, ainda, de um aumento considerável da população, apenas uma pequena parcela desta chegava a freqüentar as escolas, persistindo assim o analfabetismo. Problema este gerado por diversos motivos, entre eles, o fato de o número de escolas não terem acompanhado o ritmo de crescimento populacional, ou seja, embora a população tenha crescido, não houve a preocupação das autoridades em aumentar o número de estabelecimentos de ensino.

A educação em Laranjeiras continuou obtendo êxito até por volta de 1855, ano em que houve a mudança da capital para o então povoado de Aracaju, abalando, assim, os sonhos dos laranjeirenses de ser a sede do governo estadual.

Na verdade, a educação em Laranjeiras, assim como nos demais municípios e estados brasileiros, esteve por muito tempo voltada ao atendimento dos interesses dos latifundiários, ou seja, das classes dominantes. E essa situação só viria a apresentar pequenas mudanças no sentido de atender as camadas populares, oferecendo educação popular e profissional, a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento de uma produção pré-capitalista, quando

se identifica que há necessidade de mão-de-obra qualificada para trabalhar com as novas tecnologias.

No ano de 1955 o município de Laranjeiras possuía, segundo Mendonça (1958, p. 67) o número de 31 escolas de Ensino Fundamental comum, sendo que, treze delas estaduais, dez municipais, e oito particulares. Já segundo dados do DAE/SEMEC- março 2000 (Censo Escolar), a educação neste município era oferecida através de cinco creches, uma pré-escola, vinte escolas de Ensino Fundamental.

Ainda segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação do município, houve nos últimos anos uma expansão no número de matrículas como pode ser observadas no quadro abaixo:

Tabela Nº1

EXPANSÃO DE MATRÍCULAS – ANO: 1997-2000

Unidade de Ensino		Ano			
		97	98	99	2000
Ed. Infantil	Creche Pré-escolar	-	-	449	267
Ens. Fundamental	1ª a 8ª séries	3.300	3.686	3.470	4.579
Ens. de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental)	PROAJA	-	-	27	52
	PROSEF I	731	817	539	411
	PROSEF II	458	603	542	472
TC 2000	1º Grau	90	40	26	10
Ensino Médio	2º Grau (TC 2000)	107	172	238	239
	Curso Profissionalizante MEC (TC2000)	-	-	22	20
	Instalação Elétrica Residencial	-	-	-	32
TOTAL		6.192	6.692	6.699	7.768

Fonte: DAE/SEMEC (Senso Escolar) – março de 2000

No município de Laranjeiras o atendimento educacional da rede municipal abrange os níveis de educação infantil, fundamental, e também as modalidades EJAEF e EJAEM, além do atendimento em creches. Porém, de forma, ainda, incipiente. Atualmente o município conta com o número de 5.248 alunos, distribuídos de acordo com as séries e níveis

educacionais. Sendo que desse total 2.775 estudam em escolas localizadas em povoados e fazendas, o que corresponde a 52,87% dos alunos matriculados nas escolas municipais.

Em relação à educação infantil, é atendido um total de 823 crianças em salas de pré-escolar. Quanto ao Ensino Fundamental, são atendidos pelo município 3.234 alunos, divididos entre fundamental menor, ou seja, de 1ª a 4ª séries, com um total de 2.120 e, fundamental maior com um total de 1.114 alunos.

No que diz respeito à modalidade da EJAEF, este está dividido em dois módulos, sendo que, cada um possui quatro etapas. Os dois módulos juntos atende a um total de 849 alunos.

Já o EJAEM atende atualmente, cerca de 63 alunos, divididos em três etapas, em virtude do processo de extinção deste nível para o município.

Diante de tais dados podemos observar que em relação aos dados do ano 2000, houve uma queda considerável no número de alunos matriculados nesse município, cerca de dois mil alunos a menos.

2.3. A cidade de Areia Branca

O município de Areia Branca está localizado a 36 km da capital sergipana. A pequena e pacata cidade, localizada ao pé da Serra de Itabaiana possui este nome devido à cor do solo da então povoação. O surgimento desta cidade deu-se de maneira interessante, visto que, surgiu a partir da doação de terras por um latifundiário chamado José Ferreira Neto, a pessoas carentes. A área doada ficava numa lagoa seca, e foi nesse lugar que se iniciou a cidade e onde hoje está localizado um conjunto habitacional.

A povoação iniciou-se em frente à capela, hoje igreja matriz da cidade a qual tem como padroeiro São João Batista. A cidade de Areia Branca só veio a ser reconhecida como município, a partir da emancipação do município de Riachuelo em 11 de novembro de 1963. Mas somente no dia 7 de setembro de 1965, ou seja, quase dois anos depois é que foi realizada a primeira eleição municipal.

Areia Branca possui uma população de 14.733 habitantes, segundo dados do Cinform Municípios (2002), e tem como atividades econômicas a agricultura, a pecuária, e o

extrativismo de madeira e minerais leves. Os principais produtos do município são a cana-de-açúcar e a mandioca.

Este município já alcançou destaque nacional com os festejos juninos, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, marcados pela tranquilidade, alegria e animação de sua gente, atraindo pessoas do país inteiro para curtir o então conhecido “São João de Paz e Amor”.

2.4. Educação em Areia Branca

A educação no município de Areia Branca abrange desde o atendimento da creche até o ensino médio, incluindo o atendimento de jovens e adultos (EJA) nos níveis, fundamental e médio. Atualmente o município de Areia Branca conta com o número de dezoito escolas municipais. Destas, quatro são creches, sendo que apenas uma está localizada na sede do município. Das demais escolas duas estão localizadas na sede municipal, são elas: Escola Municipal José Romão do Nascimento e Unidade Pré-Escolar Vovó Menininha, e as demais, um total de doze escolas, localizam-se nos povoados, ou seja, na zona rural.

As escolas municipais de Areia Branca possuem juntas, um total de 135 turmas, sendo que deste total, 60 estão localizadas nas escolas da sede, 76 em escolas rurais e, 4 turmas no atendimento das creches.

Quanto ao número de docentes, o município possui um quantitativo de 164 professores, sendo que destes, cinco estão no atendimento das creches, 85 nas escolas da sede, e os demais, no caso 74, atuam nas escolas rurais.

No que se refere à quantidade de alunos, há no município um total de 4.046. Desse total 2.164, estudam nas escolas localizadas na cidade, 114 são atendidos nas creches, e os demais estudam nas escolas dos povoados. Ainda em relação aos alunos, o quantitativo de 796, utilizam o transporte escolar para irem a escola, e deste total, 662 alunos utilizam o transporte para chegarem as escolas localizadas na cidade, no caso as duas escolas já citadas, e os demais utilizam para irem as escolas dos próprios povoados ou povoados vizinhos.

Nos últimos anos duas escolas foram fechadas, uma municipal, a Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco, localizada na Fazenda Cafuz, fechada em 2004, e uma estadual, a Escola Rural Povoado Pedrinhas, localizada no povoado Pedrinhas.

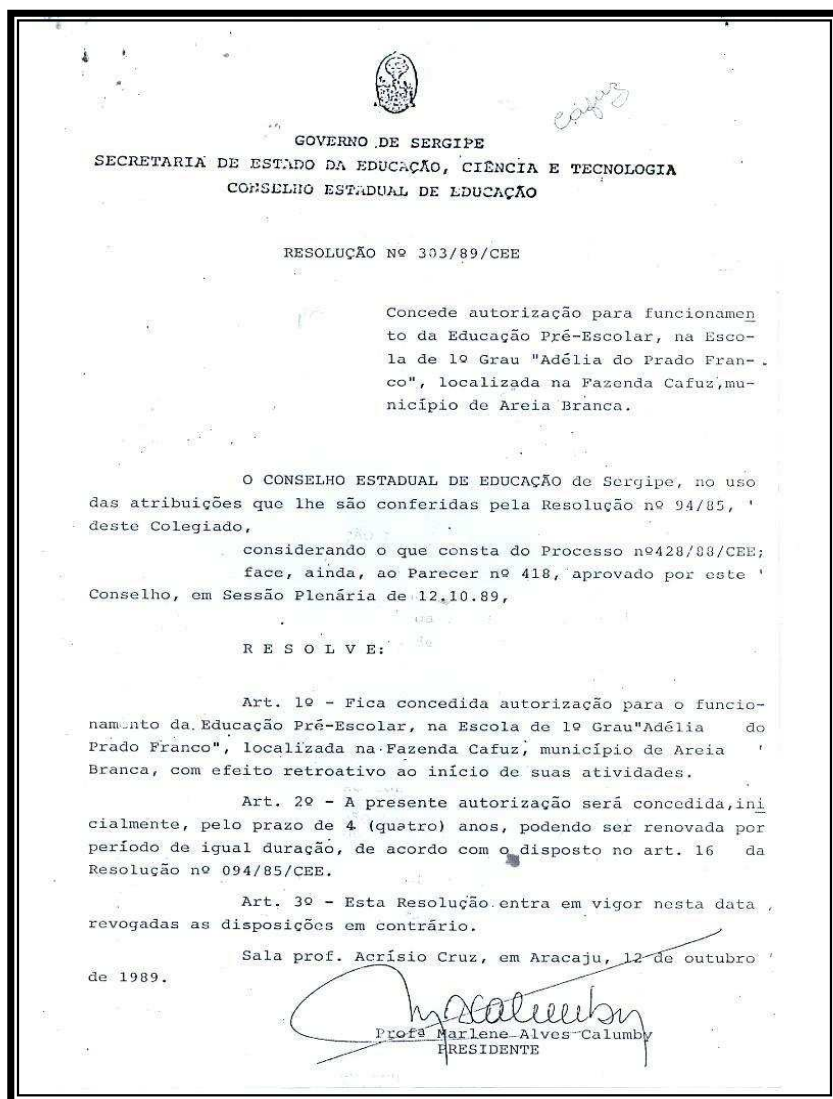
Em entrevista realizada com a Secretária de Educação do Município de Areia Branca¹, fui informada ao questionar se havia escolas nucleadas no município, que não havia essa situação e sim, que há duas escolas que foram fechadas, sendo uma estadual e outra municipal.

Quando questionada sobre os dados históricos e estatísticos destas escolas, ela nos informou que a secretaria dispunha apenas dos dados referentes à escola da fazenda Cafuz, mas, que em relação aos dados da escola do povoado Pedrinhas, só seria possível de ser encontrados na DRE-3, localizada no município de Itabaiana. Isso porque no município não há dados sobre a mesma, tendo em vista que, a escola pertencia administrativamente ao estado, não cabendo a secretaria municipal o registro dos dados e arquivos dessa instituição.

No entanto, quando avançamos com a pesquisa no órgão público, a saber, a Diretoria Regional de Educação (DRE-3), sob responsabilidade do Estado, fui informada² da ausência da documentação da referida escola. O argumento era de que “a documentação da Escola Rural do Povoado Pedrinhas, ao ser municipalizada estava extinta, para o Estado, cabendo seus dados e documentações à Secretaria Municipal de Areia Branca.

¹ Entrevista realiza dia 20/10/2010 com a secretária de educação do município. Entrevista autorizada para utilização no trabalho monográfico.

² Visita a DRE-3, conversa com uma funcionária, dia 08/11/2010. Conversa autorizada para utilização no trabalho monográfico.



Resolução do ato de autorização para funcionamento da Educação Pré-escolar

2.5. História das escolas

Histórico da Escola Municipal Rural Santo Antônio (Laranjeiras)

A Escola Municipal Rural Santo Antônio, existiu na Fazenda Santa Cruz conhecida na época como Pati, hoje Fazenda Santa Maria, localizada as margens da BR235 mais exatamente a 23 km da capital Aracaju.

Segundo a professora Lucinalva, (durante as entrevistas), essa escola foi criada para atender aos filhos dos moradores da fazenda, na época trabalhadores rurais que cultivavam e cortavam a cana-de-açúcar. A escola chegou a atender cerca de 60 a 80 crianças, número que variava de ano para ano, nos níveis de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

No ano de 1976 a dona da fazenda, a senhora Maria Augusta Franco do Prado, percebendo o grande número de crianças sem instrução, ou seja, sem acesso à educação, decidiu procurar a prefeitura do município de Laranjeiras para que fosse construída uma escola em sua fazenda para atender a essas crianças. Porém, o pedido foi negado pela prefeitura com a justificativa de que não tinha condições para realizar tal obra. Então a senhora Maria Augusta propôs ceder o espaço para que a prefeitura enviasse os professores, enquanto não se construísse o prédio escolar.

A prefeitura então contratou a professora Maria Lucinalva que residia num povoado próximo e, que, logo depois, passou a morar na própria fazenda, em virtude do seu casamento com um dos funcionários da mesma, permanecendo lá até o fechamento da escola.

A Escola Municipal Rural Santo Antônio funcionou durante dez anos numa igrejinha da fazenda, local cedido para a realização das aulas, e com apenas uma professora a qual já foi citada anteriormente. Ao longo dos dez anos em que funcionou nessa igreja, foram feitas inúmeras reivindicações por parte da professora para que fosse construído o prédio escolar, que só viria a ser construído em 1986. Após a construção do prédio foram disponibilizadas mais duas professoras para atuarem na escola.

Segundo dona Lucinalva a alegria da conquista do prédio durou pouco, visto que, no ano de 1993, a proprietária da fazenda já com idade avançada resolveu vender a propriedade para repartir a herança com seus filhos. O comprador foi o seu genro, o senhor Luciano Menezes, que passou a criar gado na propriedade, ao invés do cultivo da cana-de-açúcar, cultura que predominou durante muitos anos e que era a fonte de trabalho e renda das famílias que ali residiam.

Com a mudança de atividade na fazenda não havia mais a necessidade de muita mão de obra humana, então o senhor Luciano indenizou todos os funcionários, ficando apenas com uma família, a do vaqueiro, que por sinal era também a da professora. Com a falta de moradores veio também à falta de alunos, motivo que levou a prefeitura de Laranjeiras a desativar a escola naquele mesmo ano.



Escola Municipal Rural Santo Antônio

Histórico da Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco (Areia Branca)

A Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco, localiza-se na Fazenda Cafuz município de Areia Branca, às margens da BR 235. Esta era uma escola rural, criada no ano de 1979, para atender aos filhos dos moradores da fazenda, homens e mulheres que viviam do cultivo e corte da cana.

A princípio essa escola atendia somente as quatro primeiras séries do antigo 1º grau, hoje Ensino Fundamental, e somente no ano de 1989, passa a funcionar também com o ensino da educação pré-escolar.

Essa escola contava com uma estrutura física muito boa, se comparada a outras escolas rurais da época, tendo em vista que, contava com um número de três salas de aula; uma sala para diretoria; uma sala para secretaria; uma biblioteca; uma cantina; quatro sanitários; uma área para recreação e um depósito.

Essa escola funcionou durante vinte e cinco anos, vindo a ser fechada no ano de dois mil e quatro, após o arrendamento da fazenda para a Usina São José do Pinheiro, e conseqüentemente, com a saída da população que ali residia.

Atualmente essa escola serve apenas de depósito da usina. É também onde ficam os cortadores de cana que vem de outras cidades e estados, funcionando assim como uma espécie de alojamento.



Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco

- Histórico da Escola Rural Povoado Pedrinhas (Areia Branca)

Ao que se sabe dessa escola, é que era uma escola estadual, foi a primeira escola do povoado, fundada em 22 de junho de 1978³, segundo resolução do Conselho Estadual de Educação, e que esteve cedida ao município de Areia Branca por um período de dois anos, enquanto a escola municipal do povoado estava passando por um processo de reforma, isso segundo a secretaria de educação do município. Fato esse ocorrido durante o último ano do governo de José Nivaldo de Carvalho o “Zé da Serraria”, ex-prefeito desse município (quadriênio). Mas, segundo informações dos moradores da comunidade, ao término da reforma da escola municipal, já no governo de Ascendino de Souza Filho (quadriênio), e com

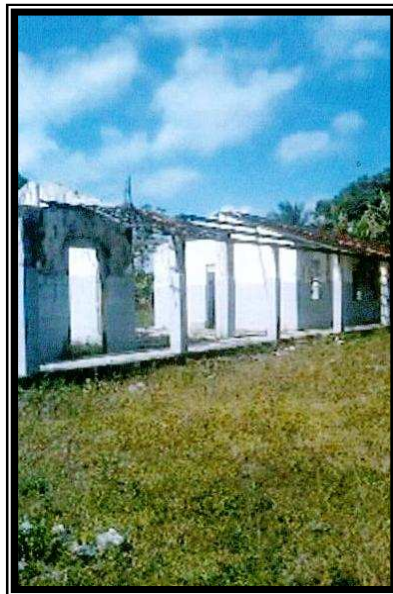
³ Segundo consta na documentação fornecida pela DRE-3. Resolução nº 39/78 CEE de 22/06/1978 – 1ª à 4ª.

a desocupação do prédio, a escola permaneceu fechada, até que começaram a destruir a mesma, como se encontra até o presente momento, inclusive com uma família morando em uma das salas. Segundo os próprios moradores, a escola fechou por falta de interesse dos governantes.

A princípio essa escola possuía uma estrutura física contendo duas salas de aula, uma cantina e uma sala de secretaria, sendo que, alguns anos depois de sua construção houve uma reforma, na qual foi construída mais uma sala de aula.

Atualmente a escola encontra-se quase que totalmente destruída, devido a ação dos próprios moradores da comunidade, que retiraram o telhado e as portas, conservando-se apenas uma parte, devido ao fato de que há pessoas morando.

No que se refere ao fechamento, como não foi possível a observação de documentos, pela ausência dos mesmos nos órgãos públicos, não podemos afirmar com precisão tal fato.



Escola Rural Povoado Pedrinhas

Capítulo III

ESTUDO DE CASO DE TRÊS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LARANJEIRAS E AREIA BRANCA

A nossa pesquisa de estudo de caso se desenvolveu em três escolas: a Escola Municipal Rural Santo Antônio, localizada no município de Laranjeiras e, a Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco, e a Escola Rural Povoado Pedrinhas, ambas no município de Areia Branca.

Analizamos documentos destas escolas, realizamos entrevistas com professoras e pessoas da comunidade para compreender melhor as razões do fechamento das escolas rurais nestes dois municípios, exceto da Escola Municipal Rural Santo Antônio/Laranjeiras porque não foi possível localizar nenhum morador neste local, tendo em vista, a migração dos mesmos. Somente foi realizada a entrevista com a única professora aposentada que trabalhou nesta escola acompanhando todo o processo, conforme discuto no segundo capítulo.

A comunidade de Pedrinhas

Nessa comunidade entrevistei 06 (seis) pessoas de um universo de aproximadamente 300 famílias que ainda residem no local e se disponibilizaram a participar da pesquisa. Sendo que do total de entrevistados, quatro são do sexo feminino e, apenas dois do sexo masculino o que corresponde a um total de 33,33% dos entrevistados.

Analisando as respostas podemos observar que todas as pessoas entrevistadas são moradores do Povoado Pedrinhas, local onde se encontra a escola em estudo, e que, também, possui o mesmo nome do povoado. Sendo que, das seis pessoas, três estão diretamente relacionados à questão educacional, tendo em vista que, são professoras. Isto é, 50% das entrevistadas são professoras.

Em relação ao fechamento da escola estadual, a maioria, ou seja, 05 (cinco) dos seis entrevistados acreditam que a escola tenha fechado devido ao descaso e a falta de interesse por parte dos governantes. Somente uma pessoa acha que o fechamento da escola deu-se por falta de alunos. Ou seja, 83,33% não atribuem o fechamento a inexistência de estudantes, mas a falta de interesse político.

No questionamento se houve resistência da comunidade para impedir o fechamento da escola, todos responderam que, apesar de não concordarem com o fechamento, não houve qualquer resistência por parte da comunidade.

Perguntados se gostariam que a escola reabrisse, a maioria dos entrevistados se mostraram favoráveis a reabertura da escola, principalmente, para poder dividir os alunos que estudam na escola municipal. Apenas uma pessoa respondeu de forma diferenciada das demais, afirmando que “na opinião dela, tanto fazia reabrir ou não, porque seus filhos não estudam e nunca estudaram nas escolas do povoado”.

Questionados sobre o número de alunos se era suficiente para que a escola reabrisse, todos responderam que sim, ressaltando que há um grande número de alunos no povoado, tanto é que, saem dois ônibus diariamente com alunos para a sede do município, no caso Areia Branca, além dos 534 que estudam na escola municipal, ainda há alunos que saem para estudar na cidade de Itaporanga.

Sobre o meio de sobrevivência da comunidade, ficou claro que o principal meio econômico é o corte da cana, seguido da agricultura, que segundo os entrevistados é pequena, e também a construção civil, sendo que esta ocupação ocorre como bicos nos períodos em que não há o corte da cana.

Como as entrevistas partiram de questionamentos básicos, tendo em vista que, adotamos como método a entrevista semi-estruturada, no decorrer das entrevistas foram surgindo outras questões que de certa maneira iam complementando as primeiras, entre elas:

-Você acha que estudar na cidade melhora ou piora o desenvolvimento dos alunos? Questionamento este surgido durante a entrevista com a senhora C, após ela ter afirmado que seus filhos estudam em Aracaju, pois segundo a mesma “a educação lá é outra”. Como resposta a essa nova pergunta ela respondeu que sim, que “a educação da cidade melhora muito o desenvolvimento dos alunos, porque no povoado são sempre as mesmas coisas”.

Esse mesmo questionamento feito aos entrevistados D, E, e F respectivamente, sendo obtidas as seguintes respostas:

Acho que houve melhoria em relação ao desenvolvimento dos alunos que passaram a estudar na cidade. (D)

Acredito que lá na cidade eles se desenvolvem mais, porque tem mais coisas para ver. (E)

Para os alunos vai ser bom porque eles vão passear, mas para os pais não, porque não sabem o que eles estão fazendo. (F)

Quando perguntados sobre o destino dos estudantes quando terminassem os estudos, se iriam ficar no campo ou na cidade responderam “alguns até podem voltar, mas a maioria não volta” (entrevistada C).

A senhora D respondeu: “Acho que não, pelo menos a maioria não”. Já o entrevistado (E) respondeu: “acho que vão ficar morando na cidade porque a pessoa que estuda tem que procurar o melhor não vai querer ficar trabalhando braçal, né, tem que procurar um futuro”. A entrevistada F respondeu: “Talvez voltem a morar aqui, mas acredito que não”.

As respostas indicavam que os moradores concebiam a cidade como melhor do que o meio rural, por essa razão, reorganizei a pergunta sobre se consideravam mesmo a cidade melhor que o campo. Os entrevistados responderam:

Claro que sim, pois lá é que eu me sinto bem. Eu só moro aqui por causa de meu marido que é agricultor e não quer ir embora, se não fosse ele eu já teria ido, porque aqui tudo é difícil, principalmente em relação à saúde. (entrevistada C)

O senhor E responde a mesma pergunta afirmando que: “não é que o campo seja pior, mas é porque a cidade dá mais oportunidade, a cidade dá mais futuro”. Diante dessa resposta eu o questionei se o campo não dá futuro? Ele então me respondeu:

O campo também dá futuro, porque não tem emprego para todo mundo, então as pessoas vem trabalhar no campo, e também porque se todo mundo for morar na cidade quem é que vai plantar? Porque se todo mundo for, vai faltar comida porque ninguém vai plantar o feijão a mandioca. (entrevistado E)

Respostas essas que só vem a confirmar a visão de domínio que se tem do urbano sobre o rural. Visão esta que, segundo consta nas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, “privilegia o pólo urbano do continuum, mediante um processo homogeneização espacial e social que subordina o pólo rural. No caso, pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um continuum urbano”. (p.34)

No decorrer das entrevistas pudemos perceber a importância que alguns moradores dão a escola, como é o caso dos entrevistados B e E, ao afirmarem que: B - “A escola é importante porque ajuda a desenvolver o lugar da gente”. E - “fechar a escola foi um crime, porque essa foi a primeira escola que teve aqui, e que eu e muita gente estudou”.

Para Kolling et al (1999) “A escola é um lugar privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a produção de suas próprias expressões culturais”. (p. 92) Se fecharmos as escolas, impossibilitaremos também, a construção dos referenciais identitários a partir do lugar.

Fazenda Cafuz

Nessa localidade entrevistei 06 (seis) pessoas de um universo de 08 (oito) famílias que hoje residem nessa fazenda. Sendo que, cinco dos seis entrevistados são do sexo feminino, ou seja, 83,33% são do sexo feminino, tendo em vista que, seus maridos estavam no campo trabalhando, e apenas um entrevistado do sexo masculino, que além de morador é também funcionário da fazenda.

Fazendo uma análise das respostas podemos constatar que em relação aos motivos que levaram ao fechamento da Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco, cinco dos seis entrevistados, responderam não conhecer tais motivos, ou seja, 83,33% dos entrevistados não conhecem os motivos que levaram ao fechamento da escola, e apenas um entrevistado apresentou sua versão para o ocorrido, ao afirmar que: “a escola fechou depois que foi arrendada pela usina e o povo foi embora pra Areia Branca”. (E-1)

Questionados se houve algum tipo de resistência das pessoas que viviam na fazenda para evitar o fechamento da escola, todos responderam que não sabiam informar, ou seja, 100% dos entrevistados não souberam informar se houve resistência da população para evitar o fechamento da escola, pois a maioria dos que atualmente vivem na fazenda, estão lá há pouco tempo, cerca de dois, três anos, ou seja, chegaram após o fechamento da mesma.

Perguntados se gostariam que a escola reabrisse, a resposta foi unânime, todos responderam que sim, sendo que três deles alegaram que, “se a escola reabrisse iria melhorar a vida das crianças que não iriam precisar se deslocar para a cidade de Areia Branca”.

Em relação à quantidade de alunos, se seriam suficientes para que a escola reabrisse, houve variação nas respostas, tendo em vista que, dois dos entrevistados responderam que não há uma quantidade suficiente para a reabertura da mesma, ou seja, 33,33% dos entrevistados acham que não há um número suficiente de alunos para que a escola reabra. Enquanto que as

outras quatro responderam que há quantidade suficiente para que a escola possa reabrir. Sendo que duas das quatro alegaram que “há alunos suficientes pelo menos para o funcionamento de uma turma”. Enquanto as outras duas responderam que havia quantidade suficiente, mas, com certa incerteza, ao afirmarem que “acham” que tem quantidade suficiente.

Mas o que pudemos perceber é que, neste caso não há uma quantidade suficiente de alunos para que a escola possa vir a ser reaberta. Tendo em vista a pouca quantidade de pessoas que residem nessa fazenda.

No que diz respeito ao meio de sobrevivência das pessoas que ali vivem, todos responderam que o meio de sobrevivência da população é o trabalho rural, sendo que a maioria deles, diretamente ligado ao plantio e cultivo da cana, isso para os homens, tendo em vista que as mulheres, geralmente ficam em casa cuidando dos filhos. Prova disso é que das cinco mulheres entrevistadas todas se assumiram como donas de casa ou doméstica.

No decorrer das entrevistas, outros assuntos foram abordados, o que nos possibilitou ter uma visão mais ampla dos problemas enfrentados pelas crianças e pelas mães que ali residem. Em conversa, por exemplo, com a entrevistada E-5, a mesma nos revelou que “as crianças vão para a escola no ônibus escolar, mas, como são muito pequenas as mães tem que acompanhar, porque o ônibus viaja muito cheio”.

E pior segundo ela é que, “as mães têm que ficar na cidade até acabar as aulas, pra poder trazer seus filhos de volta”, o que tem gerado transtornos, em virtude do tempo que essas mães perdem enquanto esperam seus filhos.

Outro fato que nos chamou a atenção foi em relação ao motorista do ônibus, que segundo as mesmas mães, não teria preparo para lidar com esse público, tendo em vista que, este segundo E-1 “já chegou a ameaçar de bater uma criança”.

Segundo E-4, “o motorista faz um monte de coisas erradas, como ultrapassagem indevida, alta velocidade, e transporte de adolescentes sentadas no motor do carro”.

Estes depoimentos nos mostram os perigos enfrentados pelos estudantes do campo, devido às atuais políticas de nucleações das escolas e mesmo o fechamento dessas, como tem ocorrido com frequência no estado. E, ainda, profissionais despreparados para com o cuidado dos estudantes.

3.1. Análises das entrevistas realizadas nas secretarias dos dois municípios e do pessoal da DRE-3.

Nas secretarias buscamos conhecer um pouco da realidade escolar de cada um dos municípios nos quais estão localizadas as escolas em estudo. E também conhecer a história dessas escolas por meio da documentação das mesmas.

Na Secretaria de Educação de Areia Branca, fomos atendidos pela secretária de educação, a qual respondeu prontamente aos nossos questionamentos.

Questionada sobre as causas que contribuíram para que ocorresse o fechamento dessas escolas, ela nos respondeu que, essas escolas haviam sido fechadas por falta de alunos. Porém pelo que pudemos identificar, em relação à escola do povoado Pedrinhas, por exemplo, esta fechou por descaso das autoridades, que não cuidaram para que a mesma continuasse funcionando normalmente, visto que, há no município alunos suficientes para a reabertura da mesma.

Já no caso da escola da Fazenda Cafuz, foi fechada por falta de alunos, em virtude da saída da população que ali residia, após o arrendamento da mesma a Usina São José do Pinheiro.

Na Secretaria de Laranjeiras fomos informados que, “o município conta atualmente com um total de 5.248 alunos distribuídos nas vinte e sete escolas municipais, sendo que desse total de escolas, onze estão localizadas nos povoados e fazendas”.

Ainda segundo a assessora, “não há escolas nucleadas, mas sim fechadas, como é o caso da Escola Luciano Monteiro Sobral, e outra localizada no povoado Varzinhas”, que a mesma não soube informar o nome, pois segundo ela, “o fechamento ocorreu há muito tempo”.

Sobre as causas que levaram ao fechamento dessas escolas, a mesma nos informou que “foram fechadas por falta de alunos”. Mas, questionada sobre as causas do fechamento da Escola Municipal Rural Santo Antônio, a mesma nos informou desconhecer dados sobre o fechamento desta unidade de ensino, alegando que “esta escola também deve ter sido fechada há muito tempo, época em que não estava trabalhando na secretaria”, mas disse acreditar ter

sido pelo mesmo motivo das demais, ou seja, “falta de alunos”. Segundo a mesma, “os dados sobre as escolas extintas não constam nos dados recentes do censo escolar”.

De acordo com o que conseguimos descobrir sobre a história da Escola Municipal Rural Santo Antônio, esta fechou realmente devido a falta de estudantes, após a venda da então fazenda Pati, e consequentemente com saída da população que ali residia.

Pelo que pudemos identificar não há registro ou qualquer documento, que venha comprovar que a escola em estudo foi desativada realmente. Isso devido à dificuldade de acesso a tais documentos, visto que, o máximo que conseguimos ver foi o número da resolução, embora não tenha sido permitido fazer uma cópia do documento.

Além disso, a assessora não soube informar também o número de alunos que utilizam o transporte escolar para chegarem às escolas da sede, ou dos próprios povoados.

Ao procurarmos as secretarias em busca dos dados das escolas em estudo, pudemos perceber o descaso em relação ao fechamento das mesmas, no caso da escola do Povoado Pedrinhas município de Areia Branca, por exemplo, pudemos perceber que há um jogo de empurra-empurra entre a DRE-3 e a Secretaria Municipal, tendo em vista que, a secretaria diz que a responsabilidade por essa escola é do Estado, enquanto a DRE-3 diz que é do município, pois a mesma foi municipalizada passando, portanto, a pertencer ao município de Areia Branca.

Aliás, o pessoal da DRE-3 mostrou-se surpresos quando dissemos que a escola encontra-se praticamente destruída, enquanto uma outra escola do povoado, sendo esta pertencente ao município, encontra-se superlotada, tendo que utilizar salas da creche municipal como anexo, porque a escola não comporta o número de alunos que tem atualmente.

Mas, o que chamou a atenção foi o fato de não encontrarmos nenhum documento de comunicação do fechamento da escola para a DRE-3.

Isso nos mostra que, não há uma fiscalização efetiva por parte da DRE-3 ou outros órgãos responsáveis, no que diz respeito à conservação e manutenção do patrimônio público. E também que, não há na prática a efetivação de políticas públicas que venham garantir ensino de qualidade para a população que vive no campo, tendo em vista que, não se tem levado em consideração a necessidade da reabertura dessa escola, preferindo superlotar uma única escola, ou mesmo contratar ônibus para o transporte dos alunos, como vem ocorrendo nesse município.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu estudar as causas que tem contribuído para o fechamento das escolas rurais nos municípios de Laranjeiras e Areia Branca. Municípios estes que possuem características similares no que diz respeito à ocupação do meio rural, tendo em vista que, ambos são produtores de cana de açúcar e, portanto, possuem terras de latifúndio.

Os resultados partiram de análises quantitativas e qualitativas do universo de 12 entrevistados, sendo 06 (seis) do Povoado Pedrinhas e os demais na Fazenda Cafuz, ambas as localidades pertencentes ao município de Areia Branca. No caso da escola localizada no município de Laranjeiras não foi possível realizar entrevistas, tendo em vista que, na localidade mora apenas uma família atualmente.

Vimos que tanto a Escola Municipal Rural Santo Antônio, localizada no município de Laranjeiras como Escola de 1º Grau Adélia do Prado Franco, localizada em Areia Branca fecharam pelos mesmos motivos: devido à venda ou arrendamento das propriedades onde essas escolas estão localizadas; e conseqüentemente com a saída da população que residiam nessas localidades.

Já em relação à Escola Rural Povoado Pedrinhas, também localizada no município de Areia Branca, pudemos observar que, a mesma foi extinta devido a falta de compromisso e de interesse por parte dos governantes desse município, haja vista que, a comunidade possui alunos suficientes para que a escola funcione normalmente. Diferentemente do que ocorre com as outras duas escolas acima citadas, tendo em vista que, as comunidades onde as mesmas estão localizadas não possuem alunos suficientes para que tais escolas possam voltar a funcionar.

Através desse estudo pudemos compreender o quanto a economia pode influenciar na vida dos trabalhadores rurais, principalmente aqueles que não possuem terras para cultivar seus alimentos, tendo estes, que viver na dependência dos latifundiários, detentores das terras e conseqüentemente dos meios de produção e renda. Ou seja, a população do campo torna-se dependente do modelo de organização e produção capitalista, deixando de serem sujeitos produtores para tornarem-se sujeitos dominados pelos latifundistas. O que tem prevalecido no campo é um modelo econômico baseado no capitalismo e no latifúndio, em que tem predominado o agronegócio e a monocultura, fazendo com que os pequenos produtores se

vejam obrigados a deixarem suas terras, pois não conseguem competir com os grandes produtores; e a falta de políticas públicas para o campo, que possam não só garantir a permanência desses nas suas terras, como também garantir os direitos educacionais assegurados pela Constituição Federal e pela LDB, que por sinal não vem se efetivando na prática. Isso tudo aliado a falta de compromisso por parte dos governantes municipais que tem contribuído para a situação de abandono em que se encontram as escolas do campo.

Outro ponto que merece destaque é a não efetivação das políticas públicas de educação do campo. Ou seja, não estão sendo assegurados os direitos dos povos do campo de ter uma educação diferenciada, de forma a atender suas necessidades e especificidades. Prova disso tem sido o fechamento de várias escolas rurais em todo o estado, e que na maioria dos casos vem sendo utilizados discursos alienantes por parte das autoridades governamentais, ao afirmarem que o ensino na cidade é melhor que o do campo, ou ainda que, é inviável manter as escolas no campo, em virtude dos altos custos.

Para reverter tal situação, faz-se necessário continuarmos lutando para que os direitos dos povos do campo sejam respeitados, e para que estes possam receber uma educação de qualidade no campo e do campo, voltada aos seus interesses. Sendo assim, com escolas localizadas no campo e, não nas cidades, fora de sua realidade e de seu contexto.

Referência Bibliográfica:

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pedagogia em movimento. O que temos a aprender dos movimentos sociais?** : Currículos sem fronteiras, volume 3. – Minas Gerais, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOF, Alvana Maria (org.); SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno... [et al]. **A educação no Brasil rural**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2006.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: ser, saber e fazer**. 11ª edição. Editora Saraiva, 1995.

FERNANDES, B. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. et al. **O popular e a educação do campo**. In: O popular e a educação: movimentos sociais, políticos e desenvolvimento. Cristina Fioreze, Telmo Marcon (orgs.). Ijuí: Ed: Unijuí, 2009.

FERREIRA, Whayne Santos. **A problemática sucro-alcooleira nacional do pós 30 e o desempenho recente da agroindústria canavieira sergipana (1980-1990)**. 2000. 97f. Monografia (Graduação em ciências econômicas)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **A busca de significados compartilhados para a construção de um currículo**. 1997. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Problemas do conhecimento e a Educação do Campo**. In: Caderno de Pesquisa I. Monica Castagna Molina (org). Brasília: DF/MEC/PRONERA. UnB, 2006.

KOLLING, Edgar Jorge (org.) [et al]. **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999. Nº 1.

_____. **Educação do campo: Identidade e políticas públicas**. – Brasília, DF: Articulação por uma educação do campo, 2004. Nº 4.

MENDONÇA, José Antonio Nunes. **A educação em Sergipe**. 5ª edição. Aracaju, SE: Ed. Livraria Regina LTDA, 1956.

MENÊSES, Maria Adailza. **MEB: Participação e luta do trabalhador rural**. 1992. 41f. Monografia (Núcleo de pós-graduação e pesquisas em Ciências Sociais)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

MOLINA, Monica Castagna (org). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília, DF: MDA, 2006. 152p.

MOLINA, Monica Castagna e JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuição para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2004. N° 5.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Aracaju: Ed. Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. **Registros dos fatos históricos de Laranjeiras**. 2ª edição. Aracaju, 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular educação de adultos**. – São Paulo: Ed. Loyola, 1987.

REIS, José Adelmo. **Tradição e inovação na agricultura familiar do povoado Jenipapo Lagarto/SE**. 2002.104f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 1. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. SECAD. 3 de abril de 2002.

SANTOS, Antônia Fernanda da Silva. **O programa nacional da educação na reforma agrária e a importância da escolarização na opinião de assentados rurais do sertão do estado de Sergipe**. 2005.146f. Dissertação (Mestrado em Educação: história, política, sociedade). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Educação do campo/campo - políticas públicas – educação**. – Brasília; INCRA; MDA, 2008, N° 7.

SANTOS, Geovan Hormindo dos. **Município de Laranjeiras, exclusão e exploração: o caso da Usina São José do Pinheiro**. 2004. 50f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

SILVA, Denice Batista da. **Do acampamento à universidade: a mulher camponesa no ensino superior**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

SOARES, Maria José Nascimento. **Educação municipal em Simão Dias: reconstituição Histórica (1970/1990)**. 1990. 1v.(Várias paginações) Dissertação Mestrado em Educação). – Universidade de Sergipe, São Cristóvão, SE.

SOUZA, Maciela Rocha. **A educação e a construção de uma cultura de convivência com o semi-árido na zona rural de Poço Verde/SE**. 2004. 121f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

TABELA nº i

RESPOSTAS DA COMUNIDADE DE PEDRINHAS, EM ENTREVISTA REALIZADA
EM 25/10/2010.

Questões	Respostas					
	A	B	C	D	E	F
Qual sua relação com a comunidade?	Moradora da e Ex-diretora da escola fechada.	Morador e ex-vereador.	Moradora	Moradora e diretora da escola municipal.	Morador.	Moradora e professora da escola municipal.
Em sua opinião porque a escola estadual fechou?	O fechamento ocorreu devido ao descaso dos chefes políticos, pois um municipalizou, depois perdeu a eleição, e o que assumiu não deu continuidade e abandonou a escola.	Descaso por parte dos governantes.	A escola fechou porque o prefeito não cuidou, não se importou.	Falta de interesse dos governantes. Porque quando fizeram a escola do município deixaram a outra abandonada.	Fechou por falta de interesse por parte do prefeito. Por falta de administração do governo.	Acredito que a escola fechou por falta de alunos.
Houve resistência da comunidade para impedir o fechamento?	A comunidade foi contra, mas não houve reação.	Não, não houve resistência da comunidade.	A população não se importou com o fechamento da escola, porque	Não houve resistência, apenas alguns comentários de boca, mas nada de forma ativa.	A população não fez nenhuma resistência, porque o prefeito construiu uma	A comunidade não fez nada para impedir e, foi a primeira a depedrar a

			mesmo achando que aquilo não tava certo, não fizeram nada porque o próprio prefeito também não fez nada.		escola municipal e então fechou essa para reformar, mas depois abandonou porque perdeu a eleição.	escola retirando o telhado e as portas.
Você gostaria que a escola reabrisse? Por quê?	Eu gostaria porque a população está aumentando, então se precisa de mais uma escola.	Sim, para melhorar a educação que está péssima.	Para mim tanto faz reabrir como não reabrir, porque meus filhos não estudam aqui.	Desejo muito que essa escola reabra para poder dividir os alunos, visto que, há uma super lotação na escola municipal, principalmente no último ano com a implantação da 5ª e 6ª séries.	Quero sim, porque essa foi a primeira escola que teve aqui, e eu estudei lá.	Gostaria, pois as crianças estão empilhadas na escola municipal, e ocupando salas da creche.
Há alunos suficientes para que ela reabra?	Tem sim. Temos alunos estudando até em Itaporanga.	Tem alunos suficientes sim, para que a escola reabra.	Tem alunos suficientes para ela reabrir, mas acho que isso não vai acontecer.	Há alunos suficientes sim, tanto é que estão sendo utilizadas salas da creche porque a escola não comporta todos os 534	Tem sim, tanto é que saem dois ônibus todos os dias com alunos para Areia Branca.	Sim, tem alunos suficiente para que ela reabra.

				alunos matriculados.		
Qual o meio de sobrevivência da comunidade?	A comunidade sobrevive do corte da cana.	Agricultura que é pequena, corte da cana e construção civil.	Agricultura o corte de cana.	A comunidade sobrevive do corte da cana e, quando não está na época do corte, sobrevive de bicos.	É o corte da cana e a construção civil, onde os trabalha-dores vão para as cidades de Aracaju e Areia Branca	A agricultura e a usina Pinheiro.

TABELA nº ii

RESPOSTAS DAS PESSOAS QUE ATUALMENTE RESIDEM NA FAZENDA CAFUZ, EM ENTREVISTA
CEDIDA NO DIA 11/11/2010.

Questões	Respostas					
	E-1	E-2	E-3	E-4	E-5	E-6
Qual sua relação com a comunidade?	Morador	Moradora	Moradora	Moradora	Moradora	Moradora
Em sua opinião qual o motivo que levou ao fechamento dessa escola?	Fechou depois que foi arrendada apela usina e o povo foi embora pra Areia Branca.	Não sei não.	Não.	Não. Não sei.	Não, não sei não.	Não, não tenho nem idéia.
Você saberia dizer se houve resistência das pessoas que moravam aqui, para evitar o fechamento dessa escola?	Sei não. Mas, acho que num teve não.	Também não.	Não.	Quando cheguei já tava fechada, por isso é que eu não sei.	Sei não.	Também não.
Você gostaria que a escola reabrisse? Por quê?	Gostaria pra os meninos daqui não ter que ir pra lá pra Areia Branca, porque são	Gostaria. Porque seria melhor pros meninos.	Gostaria, porque seria melhor né.	È bom abrir né. Se for pra melhorar. Mas da 8ª em diante porque se for pra funcionar	Por causa dos meninos que já não precisam se deslocar	Gostaria. Porque muitas pessoas ficam prejudicadas, né?

	pequenos.			só o pré não vai adiantar né?	para Areia Branca	
Há alunos suficientes para que a escola reabra?	Não.	Tem pelo menos pra uma turma tem.	Acho que tem, né?	Não. Só se for juntar com os das Pedrinhas.	Há. Pelo menos para funcionar uma turma	Acho que tem.
Qual o meio de sobrevivência das pessoas que vivem aqui na Fazenda?	A maioria trabalha no campo. Lidando com a cana.	A maioria é trabalhador rural.	Trabalha no campo e outros em casa, as mulheres.	Todos trabalham pra usina. Trabalhador rural.	Trabalho rural.	As pessoas daqui trabalham com a cana, como tratorista.
Qual a sua Profissão?	Trabalhador Rural.	Dona de casa.	Dona de casa.	Doméstica.	Dona de casa.	Dona de casa.

TABELA nº iii

Entrevistas realizadas nas Secretarias de Educação dos municípios de Areia Branca e Laranjeiras,
nos dias 14 e 21 de outubro de 2010

	ENTREVISTADOS	
Questões	Entrevistado X	Entrevistado Y
Quantas escolas há no município?	No município temos hoje, 18 escolas contando as creches.	Há no município hoje, 27 escolas municipais.
Qual o quantitativo de alunos, atendidos por essas escolas?	Há atualmente no município 4.046 alunos.	Atualmente temos um total de 5.248 alunos
Quantas dessas escolas localizam-se em áreas rurais?	Nos povoados são 12 escolas, mais duas creches.	São onze escolas localizadas nos povoados e nas fazendas.
Quanto são os alunos que utilizam os ônibus escolares para chegarem às escolas?	Um total de, 796 alunos utiliza os ônibus para irem à escola.	(não soube informar)
Há escolas nucleadas ou fechadas no município?	Nucleadas não. Há escolas fechadas.	Não há escolas nucleadas no município e sim fechadas.
O (a) senhor (a) conhece as causas que contribuíram para que ocorresse tal fato?	Essas escolas fecharam por falta de alunos.	Fecharam por falta de alunos, quando a população passou a morar na cidade.

TABELA nº iii

NÍVEIS DE ENSINO E NÚMERO DE ALUNOS

DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

Níveis de ensino		Nº de alunos
Educação infantil	Creches	255
	Pré- escolar	823
Ensino Fundamental	1ª a 8ª séries	3.234
Ens. de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) EJAEF	1ª etapa	32
	2ª etapa	25
	3ª etapa	75
	4ª etapa	81
EJAEF 2	1ª etapa	207
	2ª etapa	155
	3ª etapa	169
	4ª etapa	105
Ed. De adultos Ens. Médio EJAEM	2ª etapa	24
	3ª etapa	25
	4ª etapa	14